



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 10/98

*Resolução nº 8
de 25.05.1998*

Referenda convênio celebrado pelo Município de Toledo com a União Federal.


A CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, expressão legítima da Democracia representativa, aprovou e a sua Presidenta promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Esta Resolução referenda convênio celebrado pelo Município de Toledo com o Ministério da Saúde.

Art. 2º - Fica referendado o Convênio nº 1.524/97 celebrado em 31 de dezembro de 1997 pelo Município de Toledo com a União Federal, através do Ministério da Saúde, visando a dar apoio financeiro à ampliação do mini-hospital e a fortalecer a capacidade técnico-operacional para atender os serviços de saúde do Município e sua integração ao Sistema Único de Saúde.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 13 de maio de 1998.


ELTON CARLOS WELTER
RELATOR

Promulgada

Sala das Sessões, 25/5/98

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER N.º 18/98

A convênio celebrado pelo Município de Toledo com organismo da esfera federal.

RELATOR: Vereador Elton Carlos Welter.

1. RELATÓRIO

Através do Ofício n.º 0416/98, o Chefe do Poder Executivo submete à apreciação deste Legislativo termo de convênio celebrado com a União Federal, através do Ministério da Saúde, visando a dar apoio financeiro para a ampliação do Mini-Hospital e à fortalecer a capacidade técnico-operacional para atender aos serviços de saúde do Município, e à sua integração ao Sistema Único de Saúde.


2. VOTO DO RELATOR

Nos termos do inciso IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, a celebração de convênio é de exclusiva competência do Prefeito Municipal, cabendo privativamente à Câmara Municipal, conforme dispõe o artigo 17, XIII, da LOM, resolver definitivamente sobre a questão.

À Comissão de Legislação e Redação cabe, além de pronunciar-se sobre o mérito de tais convênios, como estabelece a alínea "b" do inciso IV do **caput** do artigo 40 do Regimento Interno, resolver definitivamente sobre convênios encaminhados à sua análise (inciso II do **caput** do artigo 211 do Regimento).

Em vista do exposto e de acordo com o artigo 120 do Regimento Interno, submetemos à apreciação conclusiva desta Comissão o anexo projeto de resolução, que visa a referendar os convênios em apreço.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO,
Estado do Paraná, em 13 de maio de 1998.


ELTON CARLOS WELTER
RELATOR



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

PARECER FINAL

A Comissão de Legislação e Redação aprova o projeto de resolução apresentado pelos Relatores, devendo tal decisão ser comunicada ao Plenário da Câmara, para atendimento do que dispõe o § 1º do artigo 211 do Regimento Interno.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO,
Estado do Paraná, em 13 de maio de 1998.



LUÍS ADALBERTO PAGNUSSATT
PRESIDENTE



LÚCIO DE MARCHI



DÁRIO GENARI



RUBENS BRAGAGNOLLO



MUNICÍPIO DE TOLEDO
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

RECEBIDO EM 5/5/98

RESPONSÁVEL

OF. Nº 0416/98

Toledo, 30 de Abril de 1998.

EXM^a SR^a

FÁTIMA CAMPAGNOLO

DD. PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO
TOLEDO - PR

Assunto: Cópia de Convênio (encaminha).

SENHORA PRESIDENTA:

Em conformidade com o que preceitua o inciso IX do artigo 55, combinado com o inciso XIII do artigo 17 da Lei Orgânica do Município de Toledo, firmamos Convênio com a União Federal, através do Ministério da Saúde, visando possibilitar a ampliação do Mini-Hospital de nossa cidade, cuja cópia anexamos ao presente, para a devida apreciação do Legislativo toledano.

Aguardando a deliberação da matéria ora encaminhada, reafirmamos a Vossa Excelência nosso respeito.

Atenciosamente.


DERLI ANTONIO DONIN
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ENCAMINHE-SE À COMISSÃO:

1. LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

2. _____

3. _____

Sala das Sessões, 11/5/98

Presidente da Câmara

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Recebido em: 11/05/98

Relator: EDTON WERTER

Sala das Comissões: _____

Presidente da Comissão

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 1524/97



CONVENIENTES: Celebram entre si a União Federal, através do Ministério da Saúde - C.G.C. nº 00.530.493/0001-71, e a Prefeitura Municipal de Toledo/PR - C.G.C. nº 76.205.806/0001-88.

OBJETO: dar apoio financeiro para a ampliação do hospital municipal, visando a fortalecer a capacidade técnico operacional para atender aos serviços de saúde do município, e sua integração ao Sistema Único de Saúde.

PROCESSO: 25000.019335/97-65

CRÉDITO: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes: 1) MINISTÉRIO: R\$ 119.998,57, U.G. 257001, Gestão: 25901, classificação programática, Programa de Trabalho 36901.13075.0428.3376.2329 e 2) PREFEITURA MUNICIPAL: R\$ 11.999,86, relativo a contrapartida da Prefeitura Municipal.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 131.998,43 (cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos).

NOTA DE EMPENHO: 5615, de 03/12/97.

VIGÊNCIA: Entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31/12/98.

DATA DE ASSINATURA: 31/12/97.

SIGNATÁRIOS: CARLOS CÉSAR DE ALBUQUERQUE, Ministro de Estado da Saúde - C.P.F. nº 002.055.750-72; DERLI ANTONIO DONIN, Prefeito Municipal - C.P.F. nº 405.335.069-72.

MS - SECRETARIA GERAL

PUBLICADO NO

DOU nº 12 de 19/01/98

pag - 821

Seca - III



CONVÊNIO N°. 1524/97

Termo de Convênio que entre si celebram a União Federal, através do Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Toledo, Estado do Paraná, visando a fortalecer o Sistema Único de Saúde.

Aos 31(trinta e um) dias do mês de dezembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e sete, pelo Convênio n°. , a UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério da Saúde, inscrito sob o C.G.C. n°. 00.530.493/0001-71, doravante denominado simplesmente **MINISTÉRIO**, neste ato representado pelo Ministro de Estado da Saúde, nomeado pelo Decreto de 12/12/96, publicado no Diário Oficial da União de 13/12/96, Doutor CARLOS CÉSAR DE ALBUQUERQUE, com domicílio especial na Esplanada dos Ministérios, Bloco "G", 5º Andar, em Brasília/DF, portador da carteira de identidade n°. 1.005.837.255, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrito no CPF sob o n° 002.055.750-72, e a Prefeitura Municipal de Toledo, inscrita no C.G.C sob o n°. 76.205.806/0001-88, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, neste ato representada por seu(ua) Prefeito(a) Municipal, Doutor(a) DERLI ANTONIO DONIN, com domicílio especial no(a) Rua Raimundo Leonardi, n° 1586, portador(a) da carteira de identidade n° 1.407.062.1, expedida pelo(a) SSP/PR, e inscrito(a) no CPF sob o n° 405.335.069-72, considerando a necessidade de ser implementada uma ação conjunta e integrada, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os convenientes, no que couber, aos termos das disposições da Lei n° 8.666, de 21.06.93, com as alterações da Lei n° 8.883, de 08.06.94; do Decreto n° 93.872, de 23.12.86; dos Decretos n°s. 20, de 01.02.91, e 514, de 28.04.92; da Lei n° 9.293, de 15.07.96; da Lei n° 9.438, de 26.02.97; e da Instrução Normativa n° 01, de 15.01.97, da Secretaria do Tesouro Nacional/MF e demais normas regulamentares da matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto deste Convênio dar apoio financeiro para a ampliação do hospital municipal, visando a fortalecer a capacidade técnico-operacional para atender aos serviços de saúde do município, e sua integração ao Sistema Único de Saúde.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DO MINISTÉRIO - O MINISTÉRIO compromete-se a:

- 1.1 - Transferir os recursos financeiros para execução deste Convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;
- 1.2 - aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários a implantação do Plano de Trabalho;
- 1.3 - acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Convênio, diretamente ou através de seus órgãos e entidades; e
- 1.4 - analisar e aprovar as Prestações de Contas dos recursos do **MINISTÉRIO** alocados ao Convênio.

II - DA PREFEITURA - A PREFEITURA, compromete-se a:

- 2.1 - executar direta e indiretamente, nos termos da legislação pertinente, os trabalhos necessários a consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade técnica, os custos e prazos previstos;
- 2.2 - aplicar os recursos recebidos do **MINISTÉRIO**, a contrapartida e os rendimentos auferidos das aplicações financeiras, exclusivamente na consecução do objeto previsto pactuado;
- 2.3 - prestar contas dos recursos alocados pela União, contrapartida e dos rendimentos das aplicações no mercado financeiro, conforme os Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula nos termos da legislação vigente e na forma estabelecida pelo **MINISTÉRIO**;
- 2.4 - manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão concedente, relativa ao exercício da concessão;



- 2.5 - registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Convênio;
- 2.6 - apresentar ao **MINISTÉRIO** os relatórios da execução deste Convênio na forma da legislação pertinente e nos períodos estabelecidos;
- 2.7 - propiciar, em local adequado, os meios e condições necessárias para que o **MINISTÉRIO** possa exercitar o estabelecido no item 1.3;
- 2.8 - permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno do **MINISTÉRIO**, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização;
- 2.9 - arcar com qualquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste Convênio;
- 2.10 - promover as licitações para aquisição dos alimentos, de acordo com a legislação específica;
- 2.11 - restituir o valor transferido, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:
- 2.11.1 - quando não for executado, o objeto da avença, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado;
- 2.11.2 - quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a prestação de contas, salvo quando decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado; e
- 2.11.3 - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio.
- 2.12 - aplicar obrigatoriamente no mercado financeiro os recursos recebidos do **MINISTÉRIO**, enquanto não forem empregados em sua finalidade, conforme a seguir:



- 2.12.1 - em caderneta de poupança de instituição oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
- 2.12.2 - em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
- 2.13 - a prestação de contas deverá ser apresentada à unidade concedente, até 30 (trinta) dias após a vigência do convênio.

Parágrafo Primeiro - quando a liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial, composta da documentação especificada nos itens "c" a "g" do parágrafo segundo desta Cláusula, demonstrando o cumprimento da etapa ou fase referente à primeira parcela liberada, e assim sucessivamente. Após a aplicação da última parcela, será apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos, conforme os parágrafos segundo e terceiro, do art. 21, da IN/STN 01/97.

Parágrafo Segundo - A prestação de contas dos recursos transferidos, de que trata o item 2.3, desta Cláusula, deverá ser constituída de relatório de cumprimento do objeto acompanhada das peças técnicas e contábeis, conforme estabelecidas na IN/STN 01/97, na seguinte forma:

- a - Plano de trabalho - Anexo I - fls. 1/3, 2/3 e 3/3;
- b - cópia do Termo de Convênio ou Termo Simplificado de Convênio - Anexo II;
- c - Relatório de Execução Físico-Financeira - Anexo III;
- d - Relatório da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos - Anexo IV;
- e - Relação de Pagamentos - Anexo V;



- f - Relação de Bens (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União); Anexo VI;
- g - Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª. parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;
- h - Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o Convênio objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;
- i - Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo **MINISTÉRIO**, ou **DARF**, quando recolhido ao Tesouro Nacional;
- j - Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o conveniente pertencer à Administração Pública; e
- k - Relatório de Cumprimento do Objeto.

Parágrafo Terceiro - A prestação de contas de que trata este instrumento deverá ser encaminhada à:

Coordenação de Prestação de Contas do Fundo Nacional de Saúde.
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "G",
Edifício Anexo, 2º Andar, Ala "A", Sala 209.
CEP: 70.058-900
Telefone: (061) 315.2364

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ 131.998,43 (cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos), sendo:

MINISTÉRIO: R\$ 119.998,57, oriundos do orçamento do **MINISTÉRIO**, nos termos da Lei nº 9.438, de 26.12.97, conforme discriminação orçamentária:

C.F.P: 36901.13075.0428.3376.2329

45.40.41 - R\$ 119.998,57

Empenho - nº. 5615, de 03/12/97



PREFEITURA MUNICIPAL:

A Prefeitura participará no ano de 1997, com recursos no valor de R\$ 11.999,86 (onze mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), que correrão à conta do orçamento da Prefeitura Municipal, conforme o disposto no inciso I, parágrafo segundo, art. 18, da Lei nº 9.293/96.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O **MINISTÉRIO** transferirá os recursos previstos na Cláusula Terceira, em favor da **PREFEITURA**, em conta específica, vinculada ao presente Convênio, no Banco do Brasil S/A, onde serão movimentados.

Parágrafo Primeiro A liberação da importância far-se-á, após :

- a - comprovada o atendimento das exigências estabelecidas no artigo 18, da Lei nº 9.293, de 15.07.96;
- b - comprovada a existência, em seu orçamento, de projeto ou de atividade, a cuja dotação serão consignados as transferências promovidas; e
- c - publicação deste Convênio, de acordo com o Cronograma de Desembolso, integrante do Plano de Trabalho.

Parágrafo Segundo - A falta de prestação de contas parcial no prazo estabelecido pelo **MINISTÉRIO** importará, se for o caso na imediata suspensão das liberações subseqüentes.

Parágrafo Terceiro - É obrigatória a restituição pela **PREFEITURA** ao **MINISTÉRIO** ou ao Tesouro Nacional, de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, na data da conclusão ou da extinção deste Convênio.

Parágrafo Quarto - Para habilitar-se ao recebimento dos recursos de que trata esta Cláusula, a



PREFEITURA declara não estar inadimplente ou em mora com o Serviço Público Federal.

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO DE TRABALHO

A **PREFEITURA**, para alcance do objeto pactuado, se obriga a cumprir o Plano de Trabalho, especialmente elaborado, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro - Excepcionalmente, admitir-se-á ao órgão executor propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pela unidade técnica e aprovada pela autoridade competente do órgão responsável pelo programa, sendo vedada a mudança do objeto.

Parágrafo Segundo - O projeto básico integrará o Plano de Trabalho, sempre que sua execução compreender obra ou serviço de engenharia, entendido como tal o conjunto de elementos que defina a obra ou serviço e que possibilite a estimativa de seu custo e prazo de execução, segundo as respectivas fases ou etapas, bem como a avaliação de seu objeto.

Parágrafo Terceiro - A **PREFEITURA** se compromete a concluir o objeto do presente instrumento caso os recursos transferidos sejam insuficientes.

Parágrafo Quarto - É facultado ao órgão do **MINISTÉRIO** responsável pelo programa, de assumir ou transferir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a concorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização temporária de pessoal, que se tornar necessária para a execução do objeto deste Convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **MINISTÉRIO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

As faturas, notas fiscais, recibos e outros documentos de despesas deverão ser emitidos em nome da **PREFEITURA** devidamente identificados com o número deste Convênio.

Parágrafo Único - Não poderão ser pagos com recursos do Convênio despesas contraídas fora de sua vigência,

bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.



CLÁUSULA OITAVA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente convênio será, obrigatoriamente, destacada a participação do **MINISTÉRIO**, sendo defeso mencionar nomes de pessoas e cargos pertinentes.

Parágrafo Único - Deverá ser mantida em local visível obrigatória e permanente, sob pena de imediata suspensão de liberação dos recursos, placa identificadora nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 37, da Constituição Federal.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DOS ADITIVOS

O presente Convênio terá vigência de 01(hum) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado, por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado, ou das metas.

Parágrafo Único - Quando houver atraso na liberação dos recursos, a vigência será prorrogada "de ofício" pelo Ordenador de Despesa, no limite exato do período de atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS BENS

Os bens materiais e equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos oriundos deste Convênio, e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção, serão de propriedade da **PREFEITURA**, respeitando o disposto no artigo 15, item IV, do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentadoras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O **MINISTÉRIO**, providenciará como condição de eficácia, a publicação deste Convênio em Extrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura, conforme disposto no parágrafo primeiro, artigo 61, da Lei nº 8.666/93, e art. 17, da IN/STN 01/97.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Convênio poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, ou denunciado por qualquer dos convenientes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torna formal ou materialmente inexecutável, ou ainda:

- a - falta de prestação de contas parciais e final no prazo estabelecido, sem justa causa; e
- b - utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio, inclusive no mercado financeiro, desde que não cumprida a legislação pertinente.

Parágrafo Único - No caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir ao **MINISTÉRIO**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos por este transferidos para a consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Em caso de inadimplência por parte da **PREFEITURA**, serão adotadas as medidas disciplinares constantes do art. 35, da Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, sem prejuízo das demais sanções, penais, civis e administrativas.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal - "Seção Judiciária do Distrito Federal".

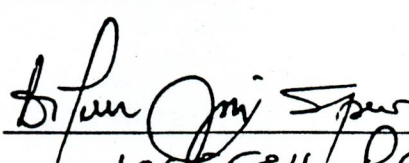




E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas infra-assinadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos em juízo e fora dele.


CARLOS CÉSAR DE ALBUQUERQUE
MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE


DERLI ANTONIO DONIN
PREFEITO(A) MUNICIPAL DE
TOLEDO/PR

TESTEMUNHAS:


1.065.684-PR



MINISTÉRIO DA SAÚDE

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO
FOLHA 1/3



DAGED / SEGET	
Folha	08
Processo	
Rubrica	<i>[Assinatura]</i>

1 - DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Proponente Município de Toledo		C.G.C da Entidade 76.205.806/0001-88	
Endereço da Entidade Rua Raimundo Leonardi, 1586		População do Município Municipal	
Cidade Toledo	UF Pr	CEP 85900-110	DDD/ Telefone/FAX (045) 277-3636
		Esfera Administrativa Municipal	
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento
Nome do Dirigente da Entidade Proponente Derli Antonio Donin		C.P.F. do Dirigente 405.335.069-72	
C.I./Orgão Expedidor/Data	Cargo	Função	Matrícula

2 - OUTROS PARTICÍPEIS

Nome da Entidade	C.G.C.	Esfera Administrativa
Endereço (Rua, bairro, cidade, CEP)		DDD: Telefone: FAX:

3 - DISTRIBUIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Ampliação do Hospital Municipal Dr. Jorge Nunes	Período de Execução	
	Início Agosto/97	Término Dezembro/97
Identificação do Objeto: Ampliação do Hospital Municipal com 476,91 m²		
Justificativa da Proposição: O Município de Toledo, localizado na Região Oeste do Paraná, com 90.332 habitantes é sede da 20ª Regional de Saúde, e referência para 18 Municípios. Conta com uma estrutura organizacional dos Serviços de Saúde, sendo 08 unidades na zona urbana, 08 na zona rural, 02 hospitais conveniados com o SUS e o Hospital Municipal		

continua no verso

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PLANO DE TRABALHO



6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

Concedente (FNS)

FL. 3/

Meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN

Meta	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
01						119.998,57

Proponente (Entidade Solicitante)

Meta	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN

Meta	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
01						11.999,86

7. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Ministério da Saúde, para os efeitos e sanções da lei, notadamente o Art. 299 do Código Penal, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o TESOURO NACIONAL ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Direta ou Indireta, conforme inciso V do Art. 2º da IN/STN/Nº 01/97, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da UNIÃO, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Local e Data TOLEDO/PR; 03.12.97

DERLI ANTONIO DONIN - PREFEITO MUNICIPAL

8. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

Brasília,

[Signature]
Assessor Especial GM MS
Supervisor Administrativo CGCC

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO
FOLHA 2/3



4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (meta, etapa ou fase)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Período	
			Unid.	Qtd.	Início	Término
01	01	Ampliação do Hospital Municipal.	m ²	-	ALR	12/98

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (EM R\$)

Natureza da despesa		1 = (2 - 3)	2	3
Código	Especificação	Total	Concedente (FNS)	Proponente (ENTIDADE)
3190.11	Pessoal			
3190.14	Diárias			
3490.30	Material de Consumo			
3490.33	Passagens			
3490.36	Serviços Terceiros - P. Física			
3490.39	O. Serviços Terceiros - P. Jurídica			
4590.51	Obras Cíveis	131.998,43	119.998,57	11.999,86
4590.52	Equipamentos e Material Permanente			
Total Geral		131.998,43	119.998,57	11.999,86



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

RESOLUÇÃO N.º 8, de 25 de maio de 1998

Referenda convênio celebrado pelo Município de Toledo com a União Federal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, expressão legítima da Democracia representativa, aprovou e a sua Presidenta promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Esta Resolução referenda convênio celebrado pelo Município de Toledo com o Ministério da Saúde.

Art. 2º - Fica referendado o Convênio nº 1.524/97 celebrado em 31 de dezembro de 1997 pelo Município de Toledo com a União Federal, através do Ministério da Saúde, visando a dar apoio financeiro à ampliação do mini-hospital e a fortalecer a capacidade técnico-operacional para atender os serviços de saúde do Município e sua integração ao Sistema Único de Saúde.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, 25 de maio de 1998


FÁTIMA CAMPAGNOLO
Presidenta da Câmara Municipal


RUBENS BRAGAGNOLLO
Primeiro Secretário